

“NÓS SOMOS UM BAIRRO DE LUTAS”: AÇÃO PÚBLICA E CONTRA-NARRATIVAS
SOBRE O TERRITÓRIO

“WE ARE A NEIGHBORHOOD OF FIGHTS”: PUBLIC ACTION AND COUNTER-NARRATIVES
ABOUT THE TERRITORY

Pedro Vianna Godinho Peria

Fundação Getulio Vargas; p.v.g.peria@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 13-12-2022
Aceptado: 24-02-2024
Publicado: 20-06-2024

Palavras-chave

Movimentos sociais;
Comunidade Cultural
Quilombaque; Agentes
culturais; Cultura

Keywords

Social movements;
Comunidade Cultural
Quilombaque; Cultural
agents; Culture

Resumo

Discuto formas de narrar um território a partir das vozes do coletivo político-cultural Comunidade Cultural Quilombaque com o objetivo de analisar como uma contra-narrativa disputa os significados do território com a narrativa dominante. Articulo as literaturas sobre contra-narrativas, que foca na construção de enredos que se contrapõe às formas dominantes, e sobre ação pública, central para enfatizar o papel de indivíduos, grupos e movimentos na construção do que se entende como público, para cumprir com a tarefa de interpretar as formas pelas quais os atores se mobilizam para contrapor sua narrativa ao discurso dominante sobre o território periférico. Utilizei entrevistas em profundidade com lideranças do coletivo e da análise de material secundário com o qual foi possível ler as formas pelas quais o movimento se narra. É a partir de uma outra forma de narrar seu território que conseguem fazer emergir as potencialidades.

Abstract

I discuss ways of narrating a territory from the voices of the political-cultural collective Comunidade Cultural Quilombaque with the aim of analyzing how a counter-narrative disputes the meanings of the territory with the dominant narrative. I combine the literature on counter-narratives, which focuses on the construction of storylines that oppose dominant forms, and on public action, which is central to emphasizing the role of individuals, groups and movements in the construction of what is understood as public, to carry out the task of interpreting the ways in which actors mobilize to counter their narrative to the dominant discourse on the peripheral territory. I used in-depth interviews with the collective's leaders and the analysis of secondary material, which allowed me to read the ways in which the movement narrates itself. It is from another way of narrating their territory that they manage to bring out their potential.

Peria, Pedro Vianna Godinho (2024). “Nós somos um bairro de lutas”: ação pública e contra-narrativas sobre o território. *Athenea Digital*, 24(2), e3418. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3418>

Introdução

Perus é um território em disputa. Nesse bairro do extremo norte da cidade de São Paulo, encontramos, como em toda a Zona Norte do Município, uma escala de 0 a 0,99 empregos formais por habitante; enquanto que no distrito de Pinheiros, na Zona Oeste, esse número sobe para 2 a 5,99 (Rede Nossa São Paulo, 2017). A partir de outros dados da pesquisa publicada pela Rede Nossa São Paulo (2017), vemos que, se no Campo Belo, Zona Sul, a remuneração média do emprego formal, em 2015, era de mais de R\$ 10 mil, os residentes de Perus recebiam menos do que um quarto desse valor. Especificamente no distrito de Perus, sabemos que entre 15% e 29,9% da população reside

em favelas e a mesma porcentagem representa a parcela da população do bairro em situação de alta ou muito alta vulnerabilidade social. Em Perus, há apenas um equipamento cultural da prefeitura, uma biblioteca. Enquanto no distrito do Jardim Paulista, a idade média ao morrer era de 79,4 anos, em 2016, no distrito de Perus, essa razão é de 60 anos. Estudo do Instituto Pólis (2021), por sua vez, mostra que, na pandemia do COVID-19, são bairros como o de Perus, que não possui nenhum leito hospitalar, que apresentam os piores indicadores de taxa de contaminação e morte. Assolado pela espoliação urbana (Kowarick, 1979), Perus sofre hoje com intensa especulação imobiliária e com a chegada de grandes incorporadoras para a construção de moradias para classes abastadas, cujo resultado, podemos esperar, será a expulsão da população hoje residente para cantos mais longínquos do centro.

Essa é, no entanto, uma das formas possíveis de se narrar o território. Neste artigo, apresento e interpreto formas pelas quais é possível escapar da narrativa da precariedade para propor uma narrativa da potencialidade. Será a partir das narrativas de lideranças da Comunidade Cultural Quilombaque, coletivo político-cultural atuante em Perus desde 2005, mas com raízes que remontam ao início da década de 1990, que veremos a força de uma narrativa politicamente direcionada para orientar uma nova visão sobre o território e, assim, subsidiar ações materiais de transformação social. A Quilombaque se formou como um polo aglutinador de projetos em diversas áreas: educação, produção cultural, artesanato, educação ambiental e turismo comunitário, foco desta seção. Também é corresponsável pela retomada, lembrança e comemoração da história do bairro por meio de um extenso trabalho com história oral focado nas lutas operárias que tiveram as ruas de Perus como palco. Atuando em rede, faz parte do Movimento Cultural da Periferia (MCP) a fim de pautar a falta de equipamentos e políticas culturais voltadas diretamente para as periferias, mostrando-se alinhada com movimentações culturais emergentes em todos os cantos da cidade (D’Andrea, 2013; Oliveira, 2021; Raimundo, 2017). Suas ações são postas em práticas por jovens, em sua maioria negros e negras, que têm a produção cultural neste e em outros coletivos como principal fonte de renda.

Para tanto, a pesquisa parte do campo das Políticas Públicas, caracterizado por sua verve interdisciplinar (Marques e Faria, 2013) para mobilizar duas tradições teóricas e uma estratégia metodológica. De um lado, a discussão sobre ação pública e território permite-nos compreender o papel ativo que as pessoas têm na construção de seu território, tanto no âmbito material quanto na esfera simbólica (Bittencourt et al., 2018; Caldeira, 1984; Contreras et al., 2022; Sader, 1988; Spink e Burgos, 2019). Por outro lado, as conceituações em torno da produção de narrativas, principalmente a partir de abordagens críticas, permitem que interpretemos determinada narrativa a partir de sua

contraposição a outras (Bakhtin, 2012) e suas formas de construção de contra-narrativas àquelas dominantes (Czarniawska, 2014 ; Hyvärinen, 2021; Gabriel, 2014; Saldanha et al., 2023). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa parte de um paradigma qualitativo, apostando na capacidade que a interpretação de entrevistas em profundidade (Cunliffe, 2011; Janesick, 2014), além de documentos com histórias orais do movimento, tem para depreender narrativas de sujeitos de pesquisa de forma a respeitar as suas idiossincrasias e heterogeneidades. Na união desses pilares, apresento uma contra-narrativa, que não é minha, mas do movimento e do território, que pode ressoar (Cunliffe, 2022) para avançarmos na compreensão das múltiplas linguagens que definem um território.

Na seção seguinte, discuto as teorias mais frutíferas para investigar o caso da Quilombaque em suas dimensões de ação pública, território e narrativas. Em seguida, apresento brevemente o percurso metodológico da pesquisa. Na quarta seção, utilizo as vozes dos sujeitos da pesquisa para delinear como a Quilombaque narra o território de Perus enquanto a quinta seção contém a discussão dos resultados. Nas considerações finais, procuro desenhar formas pelas quais a pesquisa pode ser influenciadora de novas análises.

Diálogos teóricos

Ação Pública e Território

A noção de ação pública cumpre o papel de oferecer um mecanismo analítico para dar conta da multiplicidade de linguagens sociais na arena pública (Spink, 2013). A questão de fundo é como “descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam” (Cefaï, 2009, p. 16). Devemos entender que grupos inquietos se mobilizam e se organizam para definir um problema a partir de suas próprias experiências e essa ação orientada à solução de situações entendidas como problemáticas se dá precisamente na arena pública, entendida como: “uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (Cefaï, 2017, p. 200). Nesse quadro aparentemente instável e até caótico, somos capazes de enxergar uma grande capacidade criativa e, nesse sentido, essa mobilização é também um “laboratório de experimentação” (Cefaï, 2017, p. 129).

Assim, essa abordagem faz ver a criação de um espaço novo, a arena, em torno de uma situação nova, o problema público, para identificar formas também inovadoras de mobilização — e por isso a dimensão do movimento social, enquanto ação e enquanto

organização, é tão cara. Para compreender essa pluralidade, o componente territorial torna-se central, já que “as ideias e as ações serão sempre aplicadas por alguém em algum lugar” (Spink e Burgos, 2019, p. 108). A ação pública é sempre contextual: “o lugar onde ocorrem os problemas públicos explicita questões que se originam da relação concreta dos habitantes com seu espaço de vida, conflitos e diversidade de interesses do contexto no qual estão inseridos” (Borges, 2020, p. 179). Estudos decorrentes dessa abordagem, ainda que não nomeada enquanto tal, principalmente em pesquisas seminais (Caldeira, 1984; Kowarick, 1979; Kowarick e Marques, 2011; Sader, 1988), enfatizam um reenquadramento em direção aos atores e aos diferentes contextos, de forma que os questionamentos circundam o quem, o onde, o porquê, o como se dão as diferentes mobilizações (Abreu, 2019; Andrade et al., 2022; Contreras et al., 2022). Outros estudos trazem ênfases para essas mobilizações nas periferias de grandes centros urbanos, mostrando as potências das mobilizações coletivas na denúncia das condições sociais impostas (Bittencourt et al., 2018; D’Andrea, 2013; Oliveira, 2021; Raimundo, 2017).

Se neste trabalho me debruço mais sobre as formas pelas quais o ‘onde’ é narrado e contra-narrado, acredito que as contribuições de Milton Santos (2007a, 2007b, 2020) sobre o conceito de território são produtivas para fomentar análises profundas. Além dessa razão, veremos que o geógrafo é, também, uma das principais referências para os sujeitos da pesquisa, lideranças da Comunidade Cultural Quilombaque. Sua definição de território é capaz de associar as dimensões materiais e simbólicas de sua produção:

Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (Santos, 2007b, p. 13).

Nesses termos, não se trata apenas de uma localização espaço-temporal, mas de uma categoria analítica que entende o território como “território usado”, sendo “o chão mais a identidade” (Santos, 2007b, p. 13). Muito além de fronteiras físicas ou políticas, o território começa e acaba a partir dos limites da identidade. As mobilizações do público se dão ancoradas na utilização material e simbólica do território e essa ligação é de tal forma umbilical que a forma e o conteúdo se confundem na definição do que é e do que não é determinado território. Nas seções seguintes, apresento, sobretudo, os aspectos de conteúdo, manifestados por meio de narrativas sobre Perus.

Narrativas e Contra-Narrativas

Desde Walter Benjamin nos Estudos Literários, a narrativa é concebida como a “faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 2012, p. 213). É em direção a essa concepção que Barbara Czarniawska (2014, p. 3) postula que “a encenação de narrativas é a forma mais típica de vida social” e “representa o principal instrumento de atribuição de sentidos à ação social”. Nesses termos, diversos estudos admitem a centralidade da narrativa como um aspecto negociado, envolvendo conflito e poder, da elaboração de sentidos produtos da interação (Hyvärinen, 2008; Lueg et al., 2021).

A interação dialógica, que Mikhail Bakhtin (2012) apresenta como a forma pela qual cada enunciação está ligada a outra como um encadeamento constante de falas e discursos, por sua vez, não se dá de forma harmoniosa, mas envolve disputa e é precisamente sobre o aspecto da contestação e do choque que esta pesquisa se debruça. Nessa direção, parte da literatura trabalha com o conceito de contra-narrativas como uma categoria analítica. Partindo da concepção de que não haveria uma narrativa dominante sem narrativas dominadas, a contra-narrativa, para Czarniawska (2014), sugere que certas narrativas foram elevadas ao status de oficiais enquanto outras cumprem o papel de questionar tal seleção. Para Yannis Gabriel (2014), as contra-narrativas atuam ao refutar e desafiar uma narrativa identificada como dominante. Enquanto as *master narratives* trabalham na base da naturalização, as contra-narrativas emergem ao produzir um desequilíbrio (Hyvärinen, 2021). Articulando a dimensão dialógica e subversiva, a imagem que Molly Andrews (2002, p. 2) usa para caracterizar as contra-narrativas é a de “histórias que atuam ‘por debaixo do tapete’ das narrativas dominantes”. Em estudo empírico sobre a ação teatral de um grupo marginalizado, Fábio Prado Saldanha et al., (2023) apresentam formas pelas quais diferentes facetas de uma contra-narrativa respondem a aspectos específicos de uma *master narrative* a partir de diferentes mecanismos discursivos de contraposição. Por fim, Klarissa Lueg et al., (2021) chamam a atenção para o aspecto criativo das contra-narrativas, que podem ser um vetor para a mudança social.

Esses delineamentos são básicos, mas suficientes para enfatizar as duas características centrais na relação contra-narrativas e narrativas dominantes, questão fundamental para a nossa reflexão. Em primeiro lugar, a contra-narrativa se define pela oposição; sua emergência está intimamente ligada à negação do que se entende por narrativa dominante. Em segundo lugar, a contra-narrativa apenas se consuma pela proposição; sua urgência está interessada na necessidade imperiosa de substituição de um enredo socialmente estabelecido. Nesses termos, a contra-narrativa é uma estratégia de rejeição criativa. Estudos narrativos críticos têm como objetivo a “identificação e

amplificação de histórias subversivas” (Noy, 2012, p. 136), indo ao encontro aos imperativos benjaminianos de escovar a História a contrapelo (Benjamin, 2020).

Como veremos, a contra-narrativa mobilizada pelos agentes da Comunidade Cultural Quilombaque atua nas frestas para gerar um tensionamento entre diferentes formas de narrar o mesmo território: pelo viés da precariedade ou pelo caminho da potencialidade. Negando e, ao mesmo tempo, propondo, a narrativa criativa desse movimento é capaz de subverter o próprio conteúdo do território sobre o qual seus pés pisam e suas identidades são construídas.

Nota metodológica

Tendo como objetivo analisar como uma contra-narrativa se propõe a disputar os significados do território com a narrativa dominante, os pilares teóricos descritos na seção anterior permitem associar as dimensões narrativas e territoriais. De um lado, a abordagem da ação pública com ênfase nas dimensões territoriais subsidia a escolha do caso da Comunidade Cultural Quilombaque, enquanto *locus* de mobilização em torno da noção de público. Por outro lado, a abordagem narratológica subsidia a escolha pela técnica de entrevistas com roteiro semi estruturado e em profundidade para despertar a manifestação da narrativa a partir das vozes de lideranças da Quilombaque, além da utilização de material já publicado sobre e pelo movimento retiradas do portal do Museu da Pessoa.

A escolha dos materiais secundários teve como critérios: a presença de uma fala cuja enunciação tenha a Quilombaque como ponto de partida e que essa fala apresenta definições e características das atividades desse coletivo e de quem dele participa. Ou seja, os documentos selecionados trazem falas de membros da Comunidade sobre a Comunidade. O Museu da Pessoa, instituição criada na década de 1990 em São Paulo voltada para a coleta e divulgação de histórias de vida, fez em 2017 uma série de entrevistas com pessoas vinculadas à Quilombaque. Seguindo as propostas da história oral, tais documentos fornecem ricas descrições sobre a vida de José Soró, Almir de Souza Moreira, Clébio Ferreira de Souza e Janice Albuquerque, personalidades centrais para os anos iniciais do coletivo.

Aproximando-me de um paradigma intersubjetivo, as entrevistas devem ser vistas como “conversas nas quais os participantes refletem conjuntamente sobre questões e discutem ideias” (Cunliffe, 2011, p. 13). O fluxo das interações não foi integralmente planejado, de forma que o decorrer do diálogo, bem como as circunstâncias nas quais eles se deram, moldam as entrevistas — razão pela qual Janesick (2014, p. 303) define esse método como um “ato criativo”. Seguindo os postulados do paradigma interpreta-

tivista, importa estar atento à construção dos significados em torno do objeto de pesquisa, nesse caso, as ações de patrimonialização hegemônicas e contra-hegemônicas, de forma que nos preocupamos com a integridade das falas e da interação, mais do que com a integridade dos fatos. O roteiro semi estruturado para as entrevistas foi pensado em torno de perguntas disparadoras (Janesick, 2014) de forma a convidar a outra pessoa participante da pesquisa a compartilhar sua narrativa sobre a Quilombaque e os significados de suas atividades no território de Perus.

As interações foram realizadas de forma virtual com duas principais referências na coordenação das atividades do coletivo, sendo gravadas em imagem e áudio com autorização prévia e expressa das pessoas entrevistadas, e tiveram duração de aproximadamente duas horas. As entrevistas com Camila Cardoso e Cleiton Ferreira foram transcritas por mim e essas transcrições também foram enviadas às participantes, oferecendo a oportunidade de sugerir correções, supressões e adições ao texto. Seguindo o protocolo ético aprovado pelo comitê competente, os termos de consentimento para gravação e utilização de citações anonimizadas foram lidos conjuntamente no início de cada interação. Em um procedimento abduutivo de análise (Eco, 2004), transitando entre construtos da teoria e dimensões trazidas nas entrevistas, foi possível construir uma narrativa coesa para depreender os aspectos principais da dimensão territorial na narrativa da Quilombaque.

Ainda que essa coesão mascare facetas e pequenas heterogeneidades, certo grau de abstração é fundamental para a análise de fundamentação teórica que se pretendeu com a pesquisa. Apresento tal narrativa na seção seguinte e, como se verá, as falas originais dos sujeitos da pesquisa serão largamente utilizadas para caracterizar os significados do território. Além disso, priorizo a apresentação feita pelos nossos narradores sobre uma das riquezas de seu território, a história dos trabalhadores da Fábrica de Cimento de Perus, para ilustrar como a narração de memórias de resistência se contrapõe às narrativas da precariedade.

Narrativa a contrapelo: a Comunidade Cultural Quilombaque

A nossa história começa quando nossos narradores chegam a Perus, nas últimas décadas do século passado. O bairro vivia na condição intermediária de urbanidade e ruralidade: Soró, grande referência de lutas sociais no bairro e o principal mentor da Quilombaque, recorda que “a gente brincava de polícia e bandido no meio do mato, brincava muito de andar pelo meio do mato, de caçar, pescar” (Museu da Pessoa, 2017a, seção “Entrevista com José Soró”) e, mesmo sendo de gerações diferentes de moradores,

um integrante da Comunidade traz lembrança semelhante, “aí tive a experiência de brincar no mato, no barro” (Museu da Pessoa, 2017b, seção “Entrevista com Almir de Souza Moreira Júnior”). Se as percepções, quando crianças, estavam ligadas à dimensão lúdica de uma vida longe da agitação de um centro urbano, a mãe de um dos fundadores do coletivo relacionava a outra leitura: “quando o meu pai comprou o terreno em Perus, minha mãe queria morrer porque, mano, era o fim do mundo e o bairro era muito pequeno, as ruas de terra, não era desenvolvido” (Museu da Pessoa, 2017c, seção “Entrevista com Clébio Ferreira de Souza (Dedê)”). A distância fazia com que os próprios moradores não identificassem o lugar como parte de São Paulo, sendo frequentes as menções típicas do contexto rural: “vou pra cidade”.

Nessa dinâmica cotidiana entre as ruas de barro e os trilhos do trem, o deslocamento dos moradores de Perus se dava também pelas suas origens. O povoamento do bairro começou como um destino de nordestinos migrantes à procura de melhores condições de vida na “cidade”. São múltiplas as camadas que separam Perus e seus moradores de São Paulo: ora mato ao invés de desenvolvimento, ora migrantes, não paulistanos. A percepção das diferentes condições de vida marca outro nível dessas divisões: “em Perus não tinha médico... você só ia achar médico depois da Lapa” (Museu da Pessoa, 2017a, seção “Entrevista com José Soró”).

As lembranças dos nossos narradores mudam de tom quando se referem ao período em que deixaram de ser crianças para alcançar as memórias de uma juventude agitada na década de 1990. Nesse momento, a vivência se dá sob o signo da violência generalizada. Soró lembra de um “amigaço, irmão mesmo, que se encantou com o mundo do crime. Era irmão mesmo, chapa assim, mas virou bandidaço, morreu todo furado de bala” (Museu da Pessoa, 2017a, seção “Entrevista com José Soró”). Almir, conhecido como “Almirante” na Comunidade, lembra do impacto da nova leva de aumento populacional: “foi um momento de muita violência também, muitas mortes, eu comecei a me habituar com o cotidiano de encontrar corpos mortos, corpo baleado, corpo jogado na linha do trem (Museu da Pessoa, 2017b, seção “Entrevista com Almir de Souza Moreira Júnior”).

Há um lugar na fala dos nossos narradores que se apresenta como mais difícil: o Recanto dos Humildes. No início dos trabalhos da Quilombaque, esse canto era o mais afastado do bairro e “foi a primeira grande ocupação de Perus, ocupação enorme, demorou anos para ser legalizada” (Museu da Pessoa, 2017d, seção “Entrevista com Janice Fernandes Albuquerque”). Para uma das lideranças, devem entender a lógica da ação do Estado para compreender que “enquanto sujeitos periféricos, pretos e pretas, a grande maioria de nós de religião de matriz africana, que as políticas públicas não foram feitas para a gente” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021). É no lugar dos

vulneráveis entre os vulneráveis, no entanto, que a Quilombaque escolhe atuar e a partir de onde nossos narradores começam a relacionar a história do bairro com os significados de organização coletiva e reivindicação. Afinal, foram os ocupantes do Recanto que fizeram a primeira movimentação em prol de melhores condições de moradia e da realização de mutirões nos quais “todo mundo se ajudava a levantar a casa do outro”, o que levou “ao primeiro projeto [de moradia popular] que saiu pro Recanto dos Humildes” (Museu da Pessoa, 2017b, seção “Entrevista com Almir de Souza Moreira Júnior”) enquanto Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores – PT, à época) foi prefeita entre 1989 e 1992.

A percepção dessa “vida baseada na solidariedade, de trocas de mantimentos, o que faltava em um trocava com a casa do outro” (Museu da Pessoa, 2017b, seção “Entrevista com Almir de Souza Moreira Júnior”) remonta igualmente às primeiras memórias dos nossos narradores sobre o bairro. Essa é uma característica de todo o bairro: “Perus tem uma coisa muito peculiar: são muitos movimentos culturais desde sempre, acho que justamente pela ausência do Estado em política pública, a galera daqui sempre se mobilizou” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021). Mutirões de habitação, comunidades eclesiais de base, clubes de mães e pastorais. O comprometimento coletivo pela proteção do território de Perus e pela reivindicação por melhores condições de vida, faz parte das cenas mais relevantes nas lembranças de nossos narradores da Comunidade Cultural Quilombaque. No entanto, é numa história que antecede a presença dessas pessoas em Perus que o signo da organização comunitária e da luta por direitos toma sua dimensão mais marcante. Esse capítulo da história de Perus não nos é contada pelas figuras que dela participaram, pois a maioria dos nossos narradores não era vivo quando os fatos aconteceram. Ainda assim, seguimos a orientação dada por um entrevistado: “para falar de capacidade e potencialidade na periferia é necessário voltar ao passado e entender os processos de transformações e desenvolvimento que ocorreram nesses lugares” (Entrevista 2, entrevista pessoal, agosto de 2021).

A história da Fábrica de Cimentos Portland Perus e de seus trabalhadores figura como central para a significação do que é o território. Essa fábrica foi instalada na primeira metade do século XX a partir de capital estrangeiro com o objetivo de ser a primeira planta de grande porte de produção de cimento no país para responder à demanda trazida pela urbanização. Para Mestre Soró, essa “é uma história bem longa”, que nos presenteou com sua entrevista de história oral para o Museu da Pessoa:

Nos anos 50, com a chegada do Abdalla [proprietário da fábrica e político local], os enfrentamentos se acirraram e foi o resto da vida os trabalhadores enfrentando as mazelas do “mau patrão”. No final da década de 50 já eram enfrentamentos brabos, porque o cara era cão chupando manga. Então o

povo que trabalhava na fábrica frequentava, por exemplo, um bar que tem aqui perto da esquina, se juntavam muito ali, ou na praça, as assembleias eram na praça, e, não sei por que cargas d'água, resolveram fazer um motim, alguma coisa meio sem ter o sindicato. Resolveram fazer o motim, o negócio pegou, aderiu, e eles já faziam um movimento meio com barulho. E começaram a enfrentar brigas e a ganharem, porque eles tinham uma tenacidade, uma vontade de ir para o pau que era impressionante. Um deles falou assim: “Ah, vocês se parecem queixadas”. Que é um porco do mato, que eu conheço muito bem desde a minha infância. No Mato Grosso, no mato, você cresce, tem vários medos que são colocados e tem medos muito concretos, um deles se chama queixada. O bicho que mais mete medo é o queixada. E eles atacam em bando. Então como eles se tornaram queixadas? Foi por conta dessa história, dessa associação com os porcos que se juntam em bando, eles atacam e não param enquanto não... Tem essa resistência, essa firmeza. Passaram a se chamar Queixadas. Depois chegou o Mário Carvalho de Jesus, que veio ser advogado do sindicato, e o Mário vinha das pastorais e de um movimento humanista, foi pra França, passou um ano em fábricas ocupadas, que era um movimento do pessoal ligado ao Gandhi, à não violência, ao Martin Luther King, esse período aí do final dos anos 50. E o Mário trazia pra cá uma proposta de estratégia de resistência, que era a tal da não violência ou da firmeza permanente. Eles acharam a não violência frescura demais, pra quem carregava cimento e comia pó de cimento e carregava pedra, aí resolveram de chamar de firmeza permanente. Porque o não violento não é você não ser violento, é você não cair na armadilha da arma do outro. É isso que ganha qualquer parada, você ser firme o tempo todo e não desistir, é isso que faz o outro... Então eles iniciaram a greve em 62, que durou três, ou quatro meses. Depois eles foram todos demitidos, aí entraram na justiça, e enquanto o processo durou até 69, eles permaneceram em greve, eles não voltaram. E aí permaneceram em movimento, fizeram greve de fome, passaram todos esses anos lutando até 69, quando eles ganharam na justiça o direito à reintegração. E todos os dias parados. Sete anos de dias parados, por isso a gente considera uma greve de sete anos. Esses são os Queixadas. (Museu da Pessoa, 2017a, seção “Entrevista com José Soró)

A greve acabou em 1969 e, na década de 1970, a fábrica faliu e foi abandonada. Mesmo sem terem participado da greve, a experiência dos operários da Fábrica de Cimento é uma inspiração para a geração que criou a Quilombaque, afinal, aqueles operários, na fala de um entrevistado, “entenderam o potencial que eles tinham na época: se o Brasil estava em desenvolvimento e precisava do cimento, eles perceberam que se travassem tudo, ficariam com os caras na mão” (Entrevista 2, entrevista pessoal, agosto

de 2021). Para a Comunidade, é preciso fazer lembrar essa memória de potencialidade do território, frequentemente esquecida em detrimento da visão negativa do bairro.

A frase “somos herdeiros dos trabalhadores queixadas” (Entrevista 2, entrevista pessoal, agosto de 2021) mostra essa percepção de continuidade e de compromisso com a memória das lutas que tiveram Perus como palco. A fala que aglutina o sentido da memória sobre esses eventos é: “Perus é um bairro conhecido por suas lutas e reivindicações” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021). A partir do olhar de quem organiza a Comunidade Cultural Quilombaque, são as lutas e as reivindicações que definem o bairro de Perus. O foco para essa formulação de significados é central, pois é uma interpretação dos agentes da Quilombaque sobre o seu próprio território. Diversas outras dimensões poderiam definir Perus; esta narrativa e as lembranças primordiais dos nossos narradores, por exemplo, começam caracterizando o bairro a partir de situações negativas: a carência e a violência. Dessa forma, os narradores da Quilombaque operam uma escolha sobre o que e como valorizar a história do bairro e de seus moradores. Não são as lembranças ruins, mas a riqueza da organização em defesa de direitos que irá marcar a postura frente à realidade.

Tem-se de forma muito transparente a escolha de quais narrativas devem ser valorizadas e quais vozes devem ser amplificadas no percurso do Museu: “eu posso passar na Fábrica de Cimento e contar a história dos pelegos, [aqueles que furaram a greve] que também faz parte da história, mas nossa vertente é a vertente dos Queixadas, que é outro lado” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021). Invertendo o sentido da precariedade, parte-se para “entender o território como um espaço de aprendizado, no qual se pode levar as pessoas aos lugares onde a história aconteceu” (Entrevista 2, entrevista pessoal, agosto de 2021). Admitindo que “todo o nosso território é um grande patrimônio cultural” e que é preciso “mostrar as potencialidades e os espaços de memória e de afeto do nosso território” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021), as vozes da Quilombaque seguem o percurso das contra-narrativas que denunciavam e anunciam: enquanto fazem a denúncia da pobreza e da ausência, valorizam as riquezas e patrimônios; ao falar das potencialidades, procuram discutir as precariedades. Além de reivindicar alterações materiais substantivas e necessárias perante o poder público, sabem da importância da disputa de significados sobre o território e, nessa trincheira, admitem que “a paisagem não precisa ser mudada, a narrativa sobre a paisagem pode ser diferente; esse é o caminho que a gente percorre” (Entrevista 1, entrevista pessoal, julho de 2021).

Se aqui apresentei apenas um relance da complexa contra-narrativa mobilizada pela Quilombaque sobre o seu território, enfatizando a forma pela qual utilizam a memória de um movimento operário do bairro, é importante lembrar que as narrativas

são sempre heterogêneas e com limites intrinsecamente difíceis de delimitar. A contra-narrativa construída em Perus e sobre Perus não começa nem termina com a retomada da luta queixada; esse é apenas um ponto de uma rede ampla e em constante expansão de narrativas que denunciam e anunciam. Na próxima seção, apresento e discuto estudos que encontram padrões semelhantes de ação pública a fim de mostrar que a Quilombaque não caminha sozinha e que as contra-narrativas sobre as periferias das cidades não se constroem com poucas mãos.

Narrar para ver um outro território

No contato com a contra-narrativa da Quilombaque sobre o seu território, vimos que não se trata de esquecer as condições difíceis de vida, as mazelas sociais e as violências historicamente sofridas pelos moradores de Perus, mas de partir desse reconhecimento para buscar e criar dimensões positivas, como as lutas dos Queixadas. Afinal, retomando a Milton Santos (2007b), a noção de território não pode estar descolada de seu uso material e simbólico pelos atores sociais. Dessa forma, a aposta teórica e política sobre o território, que procuramos seguir nesta pesquisa, se dá pela centralidade que essa dimensão ocupa na construção social orientada à denúncia da precariedade e ao anúncio da potencialidade.

Nesse sentido, as ações da Quilombaque muito se assemelham aos movimentos de ressemantização do termo “periferia” descritos por Tiarajú D’Andrea (2013), Silvia Lopes Raimundo (2017) e Dennis de Oliveira (2021), dentro do marco da ação pública enquanto diferentes linguagens que definem e redefinem o público (Spink, 2013). Para D’Andrea (2013), os movimentos culturais e artísticos, que ocuparam o espaço esvaziado da ação política da década de 1980, lograram a “ressignificação do fazer político nas periferias” (D’Andrea, 2013, p. 26). Na interpretação oferecida por Raimundo (2017, p. 146), a perspectiva artística desses coletivos não se dá sem razão: “esses novos olhares que constroem a cidade, modos de ser e viver as experiências cotidianas e políticas, têm na arte uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões, questionamentos, críticas, utopias e projetos”. De maneira complementar, Oliveira (2021, p. 36) afirma que a “cultura das periferias [é] um complexo de ações e práticas simbólicas de resistência a mecanismos de opressão mobilizando a ressignificação de elementos constitutivos desta paisagem periférica e sinalizando para mudanças na estrutura social”. Vemos que as práticas da Quilombaque não se realizam como um fenômeno isolado, mas como um nó de uma complexa rede de indivíduos, grupos, coletivos e movimentos; rede essa que talvez tenha se iniciado com mutirões de moradia, comunidades eclesiais de base e movimentações partidárias na periferia paulistana dos anos 1980 e que se atualiza de forma dinâmica constantemente.

O exemplo da articulação inter-territorial do Movimento Cultural das Periferias, esse “coletivo de coletivos” (Raimundo, 2017), mostra que o compartilhamento da percepção sobre ausências entre organizações semelhantes que já atuavam em rede pode gerar uma reivindicação coletiva de grande impacto — como a aprovação, em 2016, da Lei de Fomento às Periferias, responsável pelo aumento do aporte de verbas para a produção cultural. Essa teia criativa de resistência permite um ciclo virtuoso (D’Andrea, 2021) no qual a pressão altera as políticas públicas que, em consequência, dão volume às atividades que já eram realizadas mesmo sem apoio por coletivos como a Quilombaque.

Vemos a aparição do “sujeito periférico” (D’Andrea, 2013), não apenas morador de lugar geográfico específico, mas um sujeito histórico que assume e tem orgulho de sua condição e, a partir disso, age politicamente. Nesse sentido, a Quilombaque faz parte de um movimento mais amplo e mais antigo de ampliação dos sentidos de “periferia” e “periférico”. Com uma narrativa que nasce do território e se debruça sobre ele, são capazes de “escovar a contrapelo” uma narrativa oficial, unívoca e hermética, na qual a fórmula “se periférico, então precário”, construindo uma contra-narrativa mais complexa, que traz a memória e a denúncia das violências sofridas para valorizar as riquezas construídas pelas gentes do território. Tais inversões criativas, mobilizadas por diferentes pessoas, grupos, coletivos, movimentos e organizações das periferias, fazem com que o signo da passividade seja substituído pela resistência ativa e cotidiana; não mais pessoas sujeitadas, mas sujeitos de sua própria história. Narrar, então, é uma maneira efetiva de construir a identidade que se sobressai ao chão do território para garantir que uma narrativa dominante, caracterizada pela ênfase na precariedade e na ausência, seja contraposta a uma narrativa mais diversa e com maiores possibilidades de valorização dos sujeitos que vivem no território e que, constantemente, constroem e reconstroem os significados dessa vivência. Rememorar e comemorar a história dos operários queixadas é um dos mecanismos para a criação de uma identidade baseada na potência da luta social e na constante reivindicação de direitos, de forma que, ainda que degradada e em ruínas, a Fábrica que ocupa parte da paisagem de Perus seja vista como uma vitória, como um exemplo de potência.

Considerações finais

De indicadores sociais alarmantes para memórias sensíveis e provocativas, neste artigo apresentei formas distintas de narrar um território. Perus é múltiplo e diverso, sendo terreno fértil para a construção de narrativas sobre sua história e seus moradores. A Comunidade Cultural Quilombaque segue um partido definitivo sobre qual memória deve ser valorizada e sobre quais as funções de se recontar histórias de luta do bairro.

Passando ao largo de narrativas reducionistas sobre a vivência periférica, sem, contudo, ignorá-las, a contra-narrativa da Quilombaque lança à arena pública vozes e imagens da potencialidade para contrapor os discursos que olham apenas para a precariedade.

Como visto ao longo de toda a narrativa, a articulação e a memória coletiva é fundante e já foi apontada por outros trabalhos em relação à produção cultural nas periferias (D’Andrea, 2013; Raimundo, 2017). A herança das lutas e das formas de organização coletiva do passado é uma dimensão sempre retomada na ação cultural desses coletivos; não se trata de saudosismo, mas de inspiração. Os exemplos das comunidades eclesiais de base, dos clubes de mães, das pastorais, das greves operárias e das bases partidárias, presentes nos estudos de Lúcio Kowarick (1979), Teresa Pires do Rio Caldeira (1984) e Eder Sader (1988), são algumas das raízes das quais os movimentos contemporâneos tiram sua força. No caso da Quilombaque, a herança dos Queixadas figura como uma bússola política e moral. Enquanto princípio organizativo, materializado no tambor, a ação só pode se realizar com o compartilhamento de conhecimentos, na parceria entre grupos, coletivos e movimentos.

Com os caminhos teórico-metodológicos seguidos neste trabalho, podemos desenharmos novas rotas. Esta pesquisa contribui ao chamar a atenção para o potencial analítico das contra-narrativas, de um lado, e do território, de outro. Enquanto artefatos discursivos, as narrativas sobre os problemas públicos são abundantes objetos de análise. São desafiadoras porque multidimensionais: são originadas sob condições materiais ao mesmo tempo em que dão origem à realidade social; podem se direcionar à naturalização, mas também são importantes motores da mudança. A dimensão territorial, por outro lado, pode somar contribuições, pois a união de agentes na construção de arenas e problemas públicos se faz enquanto trabalho sobre o território. A articulação entre esses conceitos enfatiza as relações entre suportes estruturais, a paisagem e suas formas-objeto, e manifestações simbólicas, a cultura e o espaço, de forma a complexificar o cenário no qual diferentes interpretações sobre o que deveria ser identificado como problema público se chocam. A tríade ação pública, território e narrativas tem potencial para fomentar novas pesquisas que se debrucem sobre tensionamentos simbólicos, mais do que disputas por um território, embates sobre os significados dos territórios nos quais identidades são tecidas. É nas trincheiras das narrativas que melhor podemos compreender as estratégias criativas de resistência.

Agradecimentos

À Comunidade Cultural Quilombaque e suas agentes por compartilhar depoimentos, histórias de vida, denúncias e anúncios de um mundo possível. Em especial, agradeço à Camila Cardoso e Cleiton Ferreira de Souza pelo apoio e torcida constantes. Agradeço à professora Marta Ferreira Santos Farah pela parceria na orientação durante o Mestrado e, agora, o Doutorado.

Financiamento

A pesquisa foi realizada como apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil.

Referências

- Abreu, Kate (2014). *A implementação do PNAE em Municípios de Pequeno Porte: implicações práticas e teóricas* [Dissertação de Mestrado inédita]. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- Andrade, Letícia de; Gomes, Allan Henrique & Maheirie, Kátia (2022). “Eu vim aqui pra fazer política”: articulação comunitária e democracia participativa. *Athenea Digital*, 22(2), e2974. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2974>
- Andrews, Molly (2002). Introduction: Counter-narratives and the Power to Oppose. *Narrative Inquiry*, 12(1), 1-6. <https://doi.org/10.1075/ni.12.1.02and>
- Bakhtin, Mikhail (2012). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Hucitec.
- Benjamin, Walter (2020). *Sobre o conceito de história*. Alameda.
- Bittencourt, Lúcio Nagib; Matheus, Tiago Corbisier & Tavanti, Roberth Miniguine (2018). Ações Culturais e Juventudes em M'boi Mirim: um Debate Sobre Políticas Públicas e Vulnerabilidades. *Athenea Digital*, 18(3), e1975. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1975>
- Borges, Zilma (2020). Formas emergentes de ação coletiva: limites e oportunidades de ação pública e democracia direta. In: Joaquín Torruela, Simone Martins & Carmen Nebot (Org.), *Uma nova democracia para o século XXI?* (pp. 174-186). CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm01b0.15>
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. Brasiliense.
- Cefaï, Daniel (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, 2(4), 11-48.
- Cefaï, Daniel (2017) Público, Problemas Públicos, Arenas Públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, 36(1), 187-213. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>

- Contreras, María Angélica; Reyes Andreani, María José; Jeanneret Brith, Francisco Javier; Castillo Vega, César; Pavez Pérez, Juan Fernando; Badilla Rajevic, Manuela & Jeanneret Brith, Juan Esteban (2022). Usos de Memorias y Producción de Identidades en un “Barrio Crítico” en Santiago de Chile. *Athenea Digital*, 22(1), e3102. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3102>
- Cunliffe, Ann (2011) Crafting Qualitative Research: Morgan and Smircich 30 Years On. *Organizational Research Methods*, 14(4), 1-27. <https://doi.org/10.1177/1094428110373658>
- Cunliffe, Ann (2022). Must I Grow a Pair of Balls to Theorize about Theory in Organization and Management Studies? *Organization Theory*, 3(1), 1-28. <https://doi.org/10.1177/26317877221109277>
- Czarniawska, Barbara (2014). *Narratives in Social Science Research*. Sage Publications.
- D’Andrea, Tiarajú (2013). *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado inédita]. Universidade de São Paulo.
- D’Andrea, Tiarajú Pablo (2021). Prefácio - Cabeças pensantes da ponte pra cá. In Dennis de Oliveira (Coord.), *Periferias Insurgentes: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo* (pp. 8-12). Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).
- Eco, Umberto (2004). Chifres, Cascos, Canelas: Algumas Hipóteses Acerca de Três Tipos de Abdução. In Umberto Eco & Thomas Sebeok (Org.), *O Signo de Três* (pp. 219-244). Perspectiva.
- Gabriel, Yannis (2014). Narrative ecologies and the role of counter-narratives: the case of nostalgic stories and conspiracy theories. In Sanne Frandsen, Timothy Kuhn & Marianne Lundholt (Eds.), *Counter-narratives and Organization* (pp. 208-225). Routledge.
- Hyvärinen, Marko (2008). Analyzing Narratives and Story-Telling. In: Pertti Alasuutari, Leonard Bickman & Julia Brannen (Eds.), *The SAGE Handbook of Social Research Methods* (pp. 447-459). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446212165.n26>
- Hyvärinen, Marko (2021). Toward a theory of counter-narratives: narrative contestation, cultural canonicity and tellability. In Sanne Frandsen, Timothy Kuhn & Marianne Lundholt (Eds.), *Counter-narratives and Organization* (pp. 17-29). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429279713-3>
- Instituto Pólis (2021). *Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia?* <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>
- Janesick, Valerie (2014). Oral History Interviewing: Issues and Possibilities. In: Patricia Leavy (Ed.), *The Oxford Handbook of Qualitative Research*. (pp. 300-314). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199811755.013.025>
- Kowarick, Lúcio (1979). *A Espoliação Urbana*. Paz & Terra.
- Kowarick, Lúcio & Marques, Eduardo (2011). Introdução. In: Lúcio Kowarick & Eduardo Marques (Orgs.), *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)* (pp. 9-24). Ed. 34.

- Lueg, Klarissa; Bager, Ann & Lundholt, Marianne (2021). What counter-narratives are: dimensions and levels of a theory of middle range. In. Klarissa Lueg & Marianne Lundholt (Eds.), *Routledge Handbook of Counter-Narratives*. (pp. 1-14). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429279713>
- Marques, Eduardo & Faria, Carlos (Orgs.) (2013). *A política pública como campo multidisciplinar*. UNESP/FIOCRUZ.
- Museu Da Pessoa (2017a). *José de Souza Queiroz (Soró)*. <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/pobre-e-honrado-125164>. Acesso em: 31 de ago. 2021.
- Museu Da Pessoa (2017b). *Almir de Souza Moreira Júnior*. <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/cria-da-quilombaque-124336>. Acesso em: 31 de ago. 2021.
- Museu Da Pessoa (2017c). *Clébio Ferreira de Souza (Dedê)*. <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/o-refugio-na-batida-125159>. Acesso em: 31 de ago. 2021.
- Museu Da Pessoa (2017d). *Janice Fernandes Albuquerque*. <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/tipo-sanguineo-quilombaque-125154>. Acesso em: 31 de ago. 2021.
- Noy, Chaim (2012). Narratives and counter-narratives: Contesting a tourist site in Jerusalem. In Jacqueline Tivers & Tijana Rakic (Eds.), *Narratives of travel and tourism* (pp. 135-150). Ashgate. <https://doi.org/10.4324/9781315597355-11>
- Oliveira, Dennis de (2021). Insurgências culturais e políticas e a emergência do intelectual periférico. In Dennis de Oliveira (Coord.), *Periferias Insurgentes: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo* (pp. 13-53). IEA-USP. <https://doi.org/10.11606/9786587773100>
- Raimundo, Silvia Lopes (2017). *Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada* [Tese de Doutorado inédita]. FFLCH-USP.
- Rede Nossa São Paulo (2017). *Mapa da Desigualdade 2017*. Rede Nossa São Paulo.
- Sader, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Paz & Terra.
- Saldanha, Fábio Prado; Pozzebon, Marlei; Mailhot, Chantale & Le Puil, David (2023). Counter-Narratives Mobilized by Deprived Communities Through Theatre Interventions: Deconstructing and Reframing Master Narratives. *Management Communication Quarterly*, 37(3), 478-507. <https://doi.org/10.1177/08933189221121345>
- Santos, Milton (2007a). *O Espaço do Cidadão* (7ª Edição). Ed. USP.
- Santos, Milton (2007b). O dinheiro e o território. In. Milton Santos & Bertha Becker (Org.), *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (pp. 13-21). Lamparina.
- Santos, Milton (2020). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Ed. USP.

Spink, Peter (2013). *Psicologia Social e Políticas Públicas: linguagens de ação na era dos direitos*. In: Eduardo Marques & Carlos Faria (Org.), *A política pública como campo multidisciplinar* (pp. 155-180). UNESP/FIOCRUZ.
<https://doi.org/10.7476/9786557080825.0008>

Spink, Peter & Burgos, Fernando (2019). Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua. In Gabriela Lotta (Org.), *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil* (pp. 99-126). Enap.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)